

Estudo Técnico Preliminar

1. Informações Básicas

Número do processo: 50500.033372/2022-73

2. Descrição da necessidade

A Agência Nacional de Transportes Terrestres – ANTT é uma Autarquia Especial vinculada ao Ministério da Infraestrutura, encarregada da regulação e fiscalização dos diversos sistemas de transporte terrestre do país, entre os quais se encontram as concessões rodoviárias e ferroviárias federais, o transporte de cargas e o transporte interestadual e internacional de passageiros. A presente aquisição se destina à suprir as necessidades de segurança, proteção e manutenção da integridade física das equipes de fiscalização no exercício de operações em campo, realizadas conforme diretrizes táticas e operacionais da Gerência de Fiscalização GEFIS/da Superintendência de fiscalização SUFIS da ANTT.

3. Área requisitante

Área Requisitante	Responsável
SUFIS	FELIPE RICARDO DA COSTA FREITAS

4. Descrição dos Requisitos da Contratação

A Contratada deve cumprir todas as obrigações constantes no Edital, seus anexos e sua proposta, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto e, ainda:

-fornecer os Painéis balísticos independentes, com forração para uso externo e que se acomode ao contorno do corpo e proteja toda a área vital acima da cintura e abaixo do pescoço, com nível de proteção balística III-A, de grau de restrição “uso permitido”, conforme as exigências da Norma de Resistência para Proteções Policiais – NIJ Standard 0101.03 (Ballistic Resistance of Police Body Armor),ou alterações posteriores, do Instituto Nacional de Justiça dos Estados Unidos da América (National Institute of Justice – United States of America) e de acordo com as Normas Reguladoras da Fabricação, Aquisição e Venda de Coletes à Prova de Balas do Comando do Exército/Ministério da Defesa. Os painéis de proteção balística deverão ser confeccionados com material que não perca suas características em contato com suor, água ou calor de até 50° C, flexível e resistente a disparos de arma de fogo em consonância com os requisitos exigidos pela norma regulamentadora citada

- efetuar a entrega do objeto em perfeitas condições, conforme especificações, prazo e local constantes nas respectivas ordens de fornecimento e seus anexos, acompanhado da respectiva nota fiscal, na qual constarão as indicações referentes à marca, fabricante, modelo, procedência e prazo de garantia ou validade; - responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com os artigos 12, 13 e 17 a 27, do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990); - substituir, reparar ou corrigir, às suas expensas, no prazo fixado neste Termo de Referência, o objeto com avarias ou defeitos;

- comunicar à Contratante, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;

- manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

- indicar preposto para representá-la durante a execução do contrato.

- promover a destinação final ambientalmente adequada, sempre que a legislação assim o exigir.

- Quando não for possível a verificação da regularidade no Sistema de Cadastro de Fornecedores – SICAF, a empresa contratada deverá entregar ao setor responsável pela fiscalização do contrato, até o dia trinta do mês seguinte ao da prestação dos serviços,

os seguintes documentos: 1) prova de regularidade relativa à Seguridade Social; 2) certidão conjunta relativa aos tributos federais e à Dívida Ativa da União; 3) certidões que comprovem a regularidade perante a Fazenda Municipal ou Distrital do domicílio ou sede do contratado; 4) Certidão de Regularidade do FGTS – CRF; e 5) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT, conforme alínea "c" do item 10.2 do Anexo VIII-B da IN SEGES/MP n. 5/2017;.

5. Levantamento de Mercado

O levantamento do mercado mostrou que existem diversas empresas do ramo de fornecimento de coletes a prova de balas como as seguintes: - I.L. Mendes Júnior Eireli ME, Tamtex Confecção e Comércio de Malhas e Coplatex Indústria e Comércio (11673872). Existem, também, diversas contratações de outros entes públicos o que possibilita a estimativa de custos e participação de diversos concorrentes no certame licitatório a ser executado.

6. Descrição da solução como um todo

Aquisição por meio de Sistema de Registro de Preços de placas balísticas para colete à prova de balas com as seguintes características:

- painéis balísticos independentes, com forração para uso externo e que se acomode ao contorno do corpo e proteja toda a área vital acima da cintura e abaixo do pescoço.

- nível de proteção balística III-A, de grau de restrição “uso permitido”, conforme as exigências da Norma de Resistência para Proteções Policiais – NIJ Standard 0101.03 (Ballistic Resistance of Police Body Armor), ou alterações posteriores, do Instituto Nacional de Justiça dos Estados Unidos da América (National Institute of Justice – United States of America) e de acordo com as Normas Reguladoras da Fabricação, Aquisição e Venda de Coletes à Prova de Balas do Comando do Exército/Ministério da Defesa.

- os painéis de proteção balística deverão ser confeccionados com material que não perca suas características em contato com suor, água ou calor de até 50° C, flexível e resistente a disparos de arma de fogo em consonância com os requisitos exigidos pela norma regulamentadora citada.

7. Estimativa das Quantidades a serem Contratadas

A contratação em tela se refere às placas balísticas do coletes a prova de balas, que são usados pelos servidores da Agência, que atuam em atividades de fiscalização. Essas placas balísticas serão adquiridas para substituir as que terão sua data de validade expirada no exercício de 2023. A ANTT, entretanto, já contratou as capas de coletes que tiveram de ser substituídas antes das placas, por meio do processo 50500.039545/2021-86, em que consta o Despacho SUFIS 7952016, no qual a área finalística fez a manifestação técnica da metodologia utilizada para a estimativa de quantidades. Resaltamos, entretanto, que como o presente processo foi feito utilizando-se do Sistema de Registro de Preços, a verdadeira necessidade (em quantidade) será definida na hora da realização da ordem de fornecimento, como forma de se adquirir o mínimo necessário, promovendo a economicidade para a Administração pública.

ITEM	DESCRIÇÃO	UNID. MED	QTD TOTAL
1	Placa balística para coletes à prova de balas, nível III A, masculino, tamanho P.	Pç	8
2	Placa balística para coletes à prova de balas, nível III A, masculino, tamanho M.	Pç	87
3	Placa balística para coletes à prova de balas, nível III A, masculino, tamanho G.	Pç	121
4	Placa balística para coletes à prova de balas, nível III A, masculino, tamanho GG.	Pç	60
5	Placa balística para coletes à prova de balas, nível III A, masculino, tamanho XG.	Pç	9
	Placa balística para coletes à prova de balas, nível III A, feminino,		

6	tamanho PP.	Pç	1
7	Placa balística para coletes à prova de balas, nível III A, feminino, tamanho P.	Pç	9
8	Placa balística para coletes à prova de balas, nível III A, feminino, tamanho M.	Pç	24
9	Placa balística para coletes à prova de balas, nível III A, feminino, tamanho G.	Pç	16
10	Placa balística para coletes à prova de balas, nível III A, feminino, tamanho GG.	Pç	6

8. Estimativa do Valor da Contratação

Valor (R\$): 523.146,65

conforme especificado no quadro a baixo:

ITEM	DESCRIÇÃO	UNID. MED	QTD TOTAL	Valor Unitário	TOTAL
1	Placa balística para coletes à prova de balas, nível III A, masculino, tamanho P.	Pç	8	1.368,68	10.949,44
2	Placa balística para coletes à prova de balas, nível III A, masculino, tamanho M.	Pç	87	1.387,86	120.743,82
3	Placa balística para coletes à prova de balas, nível III A, masculino, tamanho G.	Pç	121	1.638,39	198.245,19
4	Placa balística para coletes à prova de balas, nível III A, masculino, tamanho GG.	Pç	60	1.772,89	106.373,40
5	Placa balística para coletes à prova de balas, nível III A, masculino, tamanho XG.	Pç	9	1.844,80	16.603,20
6	Placa balística para coletes à prova de balas, nível III A, feminino, tamanho PP.	Pç	1	1.329,00	1.329,00
7	Placa balística para coletes à prova de balas, nível III A, feminino, tamanho P.	Pç	9	1.329,00	11.961,00
8	Placa balística para coletes à prova de balas, nível III A, feminino, tamanho M.	Pç	24	1.360,40	32.649,60
9	Placa balística para coletes à prova de balas, nível III A, feminino, tamanho G.	Pç	16	1.518,25	24.292,00
10	Placa balística para coletes à prova de balas, nível III A, feminino, tamanho GG.	Pç	6	1.772,89	10.637,34
VALOR TOTAL ESTIMADO R\$					523.146,65

9. Justificativa para o Parcelamento ou não da Solução

Com o intuito de ampliar a competitividade e possibilitar a economia de escala, com o melhor aproveitamento dos recursos disponíveis, a Lei 8666 /93 estabeleceu em seu artigo 23, §1º[1], a obrigatoriedade da Administração Pública em promover o parcelamento do objeto, quando houver viabilidade técnica e econômica para tanto. No entendimento de Marçal Justen Filho, em sua obra Comentários a Lei de Licitações e Contratos Administrativos, 13ª edição, o objetivo maior da obrigatoriedade do parcelamento do objeto é a ampliação das vantagens econômicas para a Administração, na medida em que se reduzem as despesas administrativas. Para referido autor “a possibilidade de participação de maior número de interessados não é objetivo imediato e primordial, mas via instrumento de se obter melhores ofertas (em virtude do aumento da competitividade). Logo, a

Administração não pode justificar um fracionamento que acarretar em elevação de custos através do argumento de benefício a um número maior de particulares. ” Isso implica em dizer que, embora a Lei tenha adotado como regra o parcelamento do objeto, ele somente se justifica e fundamenta quando UASG 393001 Estudo Técnico Preliminar 19/2022 8 de 9 houver viabilidade técnica e, principalmente, ganho econômico para a Administração Pública. Nesse sentido a Decisão 348/1999, Plenário do TCU:

“Na forma do art. 23, § 1º da Lei 8666/63, deve a Administração buscar o parcelamento do objeto, com vistas a melhor aproveitar os recursos do mercado e, sobretudo, ampliar a competitividade do certame. Todavia, essa orientação exige que o parcelamento somente seja efetuado quando não resultar em perda de economia de escala. Não se pode esquecer que a licitação é procedimento administrativo que visa, entre outros aspectos, a que a Administração contrate de forma mais vantajosa possível. Logo, não seria razoável, além de ser ilegal, que o parcelamento venha ocasionar perda de economia de escala e, por via de consequência, maiores custos para a Administração Pública. ”

Nesse diapasão informamos, portanto, que o objeto da aquisição proposta não será parcelado com o intuito de não se perder a economia de escala, de se promover a uniformização das placas balística a serem adquiridas e redução de despesas administrativas com a fiscalização de diversos contratos advindos do processo licitatório.

10. Contratações Correlatas e/ou Interdependentes

Não há contratações correlatas e/ou interdependentes para o presente objeto.

11. Alinhamento entre a Contratação e o Planejamento

A Contratação em referência está contida no ITEM 3.6 - NOVAS DEMANDAS do Planejamento Anual de Contratações para o exercício financeiro de 2022, o valor de 720.000,00 (setecentos e vinte mil reais), conforme se verifica na Deliberação nº 171, de 10 de março de 2022.

12. Benefícios a serem alcançados com a contratação

A aquisição das placas balísticas tem por fim suprir as necessidades de segurança, proteção e manutenção da integridade física das equipes de fiscalização no exercício de operações em campo, realizadas conforme diretrizes táticas e operacionais da GEFIS /SUFIS.

13. Providências a serem Adotadas

Não existem providências a serem adotadas neste processo

14. Possíveis Impactos Ambientais

Para a presente contratação não serão exigidos critérios de sustentabilidade.

15. Declaração de Viabilidade

Esta equipe de planejamento declara **viável** esta contratação.

15.1. Justificativa da Viabilidade

Como existem diversos fornecedores do ramo correlato ao objeto pretendido, pode-se fazer pesquisa para balizar o valor de referência para a aquisição proposta e possibilitar a participação de diversos fornecedores no respectivo pregão, o que torna a contratação viável.

16. Responsáveis

PATRÍCIA CALDAS MONTEIRO

Técnico Administrativo

MARCIO XAVIER DE ARAUJO

Coordenador de Planejamento de Compras e Serviços

SUELEN SOARES DA COSTA

Técnico Administrativo